



Desenvolvimento *versus* democracia: impasses históricos e saídas pelo republicanismo solidário

Paulo Henrique Martins*

Abstracts

The failure of many progressist Latin American governments, including the Brazilian one, has contributed to the emergence of populist right-wing governments in the 21st century. At a deeper level, this stems from theoretical and practical problems related to the complex and symbiotic relationship between development and democracy. To understand these problems the historical requisites, necessary to organize a society of solidarity in an unequal world, must be analyzed with greater incisiveness even if they are not related to the process of organic acceleration of capitalism. The Author proposes a reform of the State and of politics capable of promoting a new republican pact inspired by convivialism.

Keywords: development, democracy, State reform, republicanism, solidarity, participation

El fracaso de muchos gobiernos progresistas de América Latina, incluyendo el brasileño, ha contribuido en el siglo XXI a la aparición de gobiernos populistas de derecha. A un nivel más profundo, esto se debe a problemas teóricos y prácticos conexos con la relación compleja y simbiótica entre desarrollo y democracia. Para comprender estos fenómenos, deben analizarse con mayor incisividad los requisitos históricos que son necesarios para organizar una sociedad de solidaridad en un mundo desigual, aunque no directamente relacionados con el proceso de aceleración orgánica del capitalismo. El Autor propone una reforma del Estado y de la política capaz de promover un nuevo pacto republicano inspirado en el convivialismo.

Palabras clave: desarrollo, democracia, reforma del Estado, republicanismo, solidaridad, participación

Il fallimento di molti governi progressisti latinoamericani, incluso quello brasiliano, ha contribuito all'emergere nel XXI secolo di governi populistici di destra. Ad un livello più profondo ciò deriva da problemi teorici e pratici legati alla complessa e simbiotica relazione tra sviluppo e democrazia. Per comprendere tali fenomeni vanno analizzati con maggiore incisività i requisiti storici necessari per organizzare una società solidale in un mondo disuguale, anche se non direttamente collegati al processo di accelerazione organica del capitalismo. L'Autore propone una riforma dello Stato e della politica capaci di promuovere un nuovo patto repubblicano ispirato al convivialismo.

Parole chiave: sviluppo, democrazia, riforma dello Stato, repubblicanesimo, solidarietà, partecipazione

Introdução. A modernização como campo de ilusões coletivas

Os rumos históricos particulares da modernização capitalista no contexto de sociedades nacionais periféricas focalizam um problema central que estamos enfrentando, a saber, que os esforços dos governos progressistas latino-americanos e do brasileiro com o Pt (Partido dos trabalhadores) para expandir projetos de democratização e de inclusão social neste século XXI, fracassaram por razões que devem ser aprofundadas. Por um lado, observaram-

* Universidade federal de Pernambuco (Ufpe), Recife (Brasil): e-mail: paulohenriquemar@gmail.com.



se dificuldades efetivas de se avançar com um modelo político de bem-estar social impulsionado pelas ações de desenvolvimento e que deveriam contemplar maior participação popular nas decisões de interesse público. Por outro, os eventos demonstram ter havido expressivo aumento dos processos de concentração de renda e de desigualdade social. Houve, na verdade, a expansão do modelo extrativista comprometendo o equilíbrio ambiental e aprofundaram-se os processos de desindustrialização e de reenquadramento da América Latina e do Brasil como regiões exportadoras de matérias-primas para as grandes potências mundiais sobretudo Estados Unidos e China (Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo, 2013).

Os eventos demonstram ter havido guinadas preocupantes à direita, envolvendo camadas das classes médias e das populares atraídas pelos discursos escatológicos que contestam avanços das políticas de inclusão social e de práticas democráticas plurais que foram tentadas pelos governos progressistas. No Brasil, o rancor contra o Pt é exemplar do que estamos assinalando. Tal sentimento negativista é particularmente preocupante na medida em que canaliza uma injustiça com relação a Lula que não tem fundamentos na sua prática como líder político e ser humano. Sabemos que tal rancor foi largamente estimulado e manipulado pela mídia que buscava sujeitar o projeto democrático aos interesses da nova coalizão de forças oligárquicas no plano nacional e internacional com apoio da grande mídia. Mas tal guinada à direita tem, num nível mais profundo, relação com os problemas teóricos e práticos resultantes da relação simbiótica complicada entre desenvolvimento e democracia. Ela expressa a necessidade de se compreender mais profundamente os requisitos históricos necessários para organização de uma sociedade solidária num mundo desigual os quais não podem estar diretamente atrelados ao processo de aceleração orgânica do capitalismo, como o lembra H. Rosa (2017), representante da quarta geração da Escola de Frankfurt. Um dos problemas centrais da crise está relacionado com as frustrações geradas pela expectativa – que se revelou falseada – de atrelamento da questão democrática ao programa do desenvolvimento capitalista, como se a mera acumulação de riquezas fosse um gerador de políticas funcionais de distribuição de renda e de promoção da cidadania. Os eventos explicam o equívoco de tal atrelamento que contribuiu para se confundir os fundamentos reais da experiência democrática em sociedades complexas. Nossa hipótese para explicar a ruptura democrática com a ascensão dos modelos populistas de direita, que se revelam como desdobramentos deste equívoco, se funda em dois pontos. O primeiro deles tem a ver com a subordinação doutrinária e histórica da questão democrática àquela da modernização econômica que foi travestida pelo termo desenvolvimento social. A segunda se refere às crises dos modelos de modernização – independentemente de serem desenvolvimentistas ou liberais-mercadológicos –, os quais terminaram rompendo os frágeis vínculos ideológicos entre desenvolvimento e emancipação da democracia, gerando frustrações políticas relevantes¹.

¹ A crítica mais consistente ao desenvolvimento tem como uma das suas versões mais complexas aquela produzida pelo Mauss (Movimento anti-utilitarista nas ciências sociais) que foi fundado na França em 1981. Em particular vale lembrar a obra de Serge Latouche (1986 e 1989) que desde aquela época



A análise do primeiro ponto, o da subordinação da democracia ao desenvolvimento, exige uma revisão teórica necessária para desfazer esta relação simbiótica e confusa que, no final das contas, esconde a tese utilitarista de subordinação da política à economia de mercado. Esta relação poderia ser parcialmente justificada ao se analisar conjuntamente a relação entre regime parlamentar e lobbies de empresas privadas. Mas ela é enganadora quando se pensa estruturalmente a relação entre democracia como participação igualitária de indivíduos buscando livremente equalizar suas diferenças e identificar pontos de solidariedades, como foi assinalado por dois importantes Autores franceses (Touraine, 1999; Dubet, 2017). A saída é, então, pensar outros modelos civilizacionais baseados na busca de construção de uma sociedade plural, igualitária, justa e fundada no bem comum, na qual a atividade econômica seja modulada pela participação democrática.

A falta de clareza sobre esta diferença ontológica entre democracia e modernização econômica gerou modelos autoritários de gestão de poder que nos casos latino-americano e brasileiro, conheceram dois momentos: um primeiro, entre os anos Cinquenta e Oitenta do século XX, com a organização do modelo do Estado desenvolvimentista pelo qual o aparelho político, fiscal, jurídico e administrativo foi instrumentalizado para promover a modernização econômica acelerada. No plano teórico é relevante lembrar o papel da Cepal (Comissão econômica para América Latina e o Caribe) na adaptação das teses keynesianas para legitimar a modernização do aparelho estatal e a intervenção do poder central na organização de políticas de desenvolvimento da economia nacional². Acreditava-se que a expansão da economia industrial promoveria, a médio prazo, uma cidadania de assalariados e de consumidores. Este entendimento se revelou limitado e catastrófico para emancipar a experiência democrática como projeto social e institucional³.

vem questionando a tese de uma expansão ilimitada da ocidentalização do mundo na lógica capitalista. Na América Latina, o tema do desenvolvimento sempre esteve implicado com a discussão sobre dependência e imperialismo. Há ampla bibliografia sobre o assunto mas uma obra de referência é o livro de Daniel Camacho intitulado *Debates sobre la teoría de la dependencia y sobre la sociología latino-americana*, publicado, inicialmente, nos anos Setenta e revisto e republicado em 2015. A novidade da presente conjuntura é que a crise dos chamados governos progressistas e a emergência de governos populistas de direita colocam a relação entre desenvolvimento e democracia num nível analítico mais complexo.

² Há revisões teóricas importantes sobre o nacional-desenvolvimento que não podemos apresentar aqui. Mas é importante lembrar dois dicionários temáticos que ajudam a entender o problema. O primeiro deles é *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*, organizado por Emir Sader e Ivanna Jinkings (2006) e oferece um leque amplo de reflexões sobre economia, política, arte, cultura e movimentos sociais na região, inclusive os temas da modernização econômica. O outro, mais específico sobre o desenvolvimento é o *Dicionário temático desenvolvimento e questão social* organizado pela socióloga Anete Ivo (2013).

³ A tese nacional-desenvolvimentista foi apoiada por segmentos importantes dos intelectuais acadêmicos e governamentais, impactando de modo decisivo nas ciências sociais, em particular nas disciplinas de economia, sociologia e geografia, estimulando muitas teses e publicações acadêmicas. Intelectuais de diversas orientações – liberais, positivistas e marxistas – foram atraídos pela tese do desenvolvimento



O segundo momento de manifestação histórica da suposta e equivocada relação hierárquica entre economia e política ou entre modernização econômica e democracia tem relação com a penetração das ideias neoliberais a partir dos anos Oitenta e em num contexto de esgotamento do Estado desenvolvimentista. As desilusões com a utopia do nacional-desenvolvimentismo e com a incapacidade prática do Estado de gerar políticas públicas voltadas para atender as demandas por cidadania ampliada, colaboraram para se criar um clima propício à valorização do neoliberalismo e do mercado como novo vetor de promoção do desenvolvimento; não mais em escala nacional, mas global, com impactos negativos potencias sobre os Estados nacionais. Neste sentido, a ideologia da globalização foi aceita sem muitas resistências pelas classes médias e camadas dirigentes desejosas de participar do clima cosmopolita otimista que foi sugerido pela ideia de superação do nacional pelo global. As classes médias e as populares, em geral, também viam com bons olhos as perspectivas de uma sociedade de consumo generalizada, o que terminou influenciando negativamente sobre as estruturas interindividual de pertencimento e de associação coletivas espontâneas existentes.

Pensando na precária relação entre desenvolvimento e democracia é importante lembrar que o programa nacional desenvolvimentista teve méritos no esforço de superação de formas de produção arcaicas e de modernização industrial. Mas o fato é que este programa teve impactos negativos sobre as redes comunitárias e associativas regionais e locais, contribuindo para desfazer laços de solidariedades tradicionais e ampliar os processos de exclusão social de amplos setores populares. As consequências geradas pela modernização capitalista autoritária sem ampla participação popular contribuíram, explica-nos J.L. Fiori (2001), ao analisar o caso brasileiro, para acelerar nos anos Noventa a transnacionalização dos centros de decisão e das estruturas econômicas brasileiras. As reações políticas e culturais a tal processo foram variadas. Por um lado, deve se destacar as mobilizações sindicais e partidárias de esquerda que foram amplamente canalizadas pelo Pt na organização de seu projeto de poder; por outro, o desencanto do mundo desenvolvimentista gerou um clima apocalíptico que foi devidamente aproveitado pelos movimentos neopentecostais conservadores para ampliar suas presenças na política, sobretudo neste século XXI.

O desencanto com os projetos desenvolvimentistas não foi compensado pelas propostas neoliberais de desnacionalização da economia e de privatização do Estado⁴. Consideramos, logo, que os fracassos dos modelos de modernização via Estado ou via mercado colocam novos desafios para os movimentos democráticos que devem reavaliar o papel das lutas sindicais, associativas e partidárias tradicionais; desafios que devem incorporar igualmente novos entendimentos de lutas e demandas relacionadas com os fundamentos do bem viver dos indivíduos em sociedades abertas e plurais. Este impasse histórico revela o desencanto paralelo com a ideia de democracia como vinha sendo

com democracia. No Brasil o projeto do nacional-desenvolvimentismo foi expandido na academia por nomes ilustres como Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Vieira Pinto, Bresser Pereira entre muitos outros.

⁴ Para uma leitura mais detalhada da organização do poder na América Latina ver Castro Escudero e Oliver Costilla (2005).



conduzida a partir do olhar sindicalista e partidário tradicional das esquerdas, que valorizava a relação entre capital e trabalho como motor da ação política. Os novos desafios da democracia exigem, no entanto, o aprofundamento analítico das novas possibilidades da ação política e intelectual nos horizontes do pós-desenvolvimentismo⁵.

A conjuntura atual do imperialismo obriga a se pensar novos paradigmas de modernização não previstos nas experiências pós-coloniais do século XX. Ela convida a se rever os caminhos de sociedades que entram em processo de estagnação econômica e de dissolução das práticas democráticas com paralelo aumento de movimentos fundamentalistas, populistas e fascistas. Para avançar nesta reflexão devemos lembrar dois movimentos autoritários importantes que acompanham a ascensão e o declínio do mito do desenvolvimentismo e da globalização econômica. Num primeiro momento, entre os anos Cinquenta e Oitenta houve a valorização do poder estatal centralizado como agente do desenvolvimento, estimulando a formação de uma poderosa burocracia administrativa e militar e de uma burguesia parasitária que passaram a depender crescentemente dos recursos do Estado para sua reprodução. Num segundo momento, sobretudo a partir dos anos Noventa do século XX, o esgotamento da capacidade do Estado de gerar desenvolvimento com distribuição de riquezas e inclusão social levou à valorização crescente do mercado como agente da modernização. No Brasil, ideias como privatização de empresas estatais, muito estimuladas nos governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique, eram vistas como necessárias para acelerar a globalização econômica. Esta era vista como redenção do subdesenvolvimento e ganhou prestígio e adeptos a partir deste período.

Este foi o ambiente propício no qual emergiu um novo pacto de poder oligárquico de base financeira, tecnológica e extrativista transnacional que passou a manipular os sistemas estatais nacionais com vistas a assegurar um modelo de concentração de renda e de riqueza nunca antes vistos dentro de uma nova lógica geopolítica global (Fiori, 2007). A crítica teórica, como ficou bem evidente no Brasil dos anos Noventa, enalteceu a ideologia da globalização, supondo que a mesma continha implícita um projeto de emancipação tecnológica, social e cultural que eliminaria as diferenças entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Os intelectuais, em geral, enfeitiçados pela ideologia globalista, não entenderam que a globalização era sobretudo um discurso mercadológico voltado para a formação de um novo poder autoritário e antidemocrático a nível internacional. Não falamos aqui apenas dos intelectuais liberais e conservadores, mas também daqueles identificados com a esquerda democrática como o sociólogo Octavio Ianni que lançou nos anos Noventa do século XX um livro intitulado *A era do globalismo* (1996) tratando do tema. Neste livro Ianni enaltece a formação de uma sociedade global com esvaziamento das sociedades nacionais e com as perspectivas de criação de sistemas de regulação políticos supranacionais.

⁵ Este se refere a um novo contexto histórico em que a modernização econômica necessita ser repensada politicamente a partir dos desafios sociais, ambientalistas e culturais (Escobar, 2010; Martins, Araújo Silva, Souza Leão e Freire Lira, 2015).



O que a crise atual nos revela com certa crueldade moral para desenvolvimentistas e liberais, é que não há uma relação orgânica entre desenvolvimento e democracia. Esta relação foi fabricada ideologicamente pela filosofia do progresso que remete historicamente a Hegel (2008) quando explica o desenvolvimento do Sujeito da história no contexto europeu e que remete também ao evolucionismo de Darwin. Tal ideal de progresso, que marca o desenvolvimento do capitalismo industrial entre os séculos XIX e XX, partia do pressuposto que o elemento econômico seria central para promover o sujeito humano. Neste ponto, liberais e marxistas convergiam para compartilhar certa simpatia com a tese do determinismo econômico em última instância. Para desfazer este nó da ideologia do progresso devemos considerar a crítica anti-utilitarista, sobretudo aquela do Mauss (Movimento anti-utilitarista nas ciências sociais), fundado na França ainda em 1981, inspirados em Mauss e Polanyi (Caillé, 1989). Tal crítica sustenta que não se pode atrelar o trabalho de organização de um sistema político democrático – que promova a solidariedade econômica e política em diversos níveis sociais, comunitários e institucionais – a partir da aceitação dogmática de uma determinação econômica vista como anterior e primordial com relação ao fazer político de agentes individuais e coletivos que buscam expressar suas diferenças num mesmo cenário hermenêutico.

A leitura ideológica da democracia, que submete a política à economia mercantil, inspirou os programas do Estado desenvolvimento como do mercado neoliberal e gerou aumento da violência contra as comunidades tradicionais e efeitos perversos sobre o meio ambiente. Camponeses foram expulsos de suas terras pelas oligarquias modernizadoras passando a viver em favelas nos grandes centros urbanos; os povos indígenas foram massacrados e tiveram suas terras invadidas por grileiros, fazendeiros e madeireiros. A modernização econômica em vez de gerar progresso social e econômico, produziu massas crescentes de excluídos e de trabalhadores informais. As ideologias do nacional-desenvolvimentismo e do neoliberalismo também contribuíram para a formação de uma classe média egoísta preocupada mais com seus padrões de consumo que com os compromissos morais e políticos coletivos para surgimento de sociedades nacionais solidárias. Do mesmo modo, as prioridades de políticas estatais para valorização dos estamentos burocráticos e para a reprodução da burguesia parasitária contribuíram para o abandono de políticas públicas voltadas para investimentos na saúde, na educação e no trabalho, que são fundamentais para a emancipação da cidadania democrática.

Para se organizar a crítica teórica do paradigma mercadológico ultraliberal atualmente hegemônica que implica a falência das ações de planejamento e de políticas de inclusão social, há algumas tarefas a serem observadas. A primeira delas diz respeito à importância de se fazer a crítica à ideologia globalista. A segunda tem a ver com a importância de se restabelecer os fundamentos institucionais, morais e políticos da experiência democrática que passam necessariamente pela valorização de um tipo de republicanismo democrático e solidário. Nosso foco de análise é o caso brasileiro embora entendendo que tais apreciações possuem um valor mais geral para se pensar a situação da América Latina



1. Globalização e desmanche do Estado nacional: o caso brasileiro

Entre os anos Oitenta e Noventa do século XX o Brasil conheceu profundas transformações estruturais que repercutem nesta conjuntura. Houve dois eventos importantes como já foi assinalado. Um deles foi a crise do modelo nacional-desenvolvimentista implantado no pós-segunda guerra, visando promover o desenvolvimento acelerado do País sob a égide do Estado. A crise deste modelo nos anos Oitenta foi agravada com as desastrosas intervenções do governo Sarney para controlar os preços e evitar a inflação. A imagem negativa do Estado foi acirrada com as tentativas do governo Collor de congelar as poupanças bancárias. O segundo evento, nos governos de F.H. Cardoso, foi a penetração das teses neoliberais voltadas para promover a economia de mercado e a privatização de empresas estatais.

A opinião pública, reticente com o Estado, se entusiasmou com os novos ventos da globalização impulsionada pela lógica do mercado. Muitos previam o fim dos Estados nacionais. A recepção positiva da globalização se apoiou na “queda” do muro de Berlim, sugerindo o início de uma democracia liberal global sob a proteção dos Estados Unidos. O consenso de Washington, em 1989, visando a ampliação do neoliberalismo na América Latina, reforçou a tese da globalização da economia latino-americana. Os defensores das teses nacional-desenvolvimentistas ficaram enfraquecidos sobretudo porque a opinião pública identificava no Estado a origem de todos os males. A globalização aparecia com a síntese de realização de um sonho importante de décadas: a da entrada do Brasil no circuito global. Acreditava-se num mundo sem fronteiras, sem Estados nacionais no qual todos seríamos cidadãos globais. Na verdade, este seria o sonho embutido na história do nacional-desenvolvimentismo, o a aceleração do crescimento das economias latino-americanas.

Hoje, fazendo a retrospectiva dos acontecimentos, podemos constatar os erros de avaliações. As fraturas do Estado nacional revelam novos e cruéis arranjos de poder envolvendo o capitalismo especulativo e rentista internacional e nacional e frações importantes das elites econômicas, burocráticas, militares e políticas, ameaçando desmanchar as sociedades nacionais, o que no caso brasileiro é bem evidente. As esquerdas progressistas da América-Latina não conseguiram limitar a expansão do modelo extrativista. Elas também fracassaram em desenvolver políticas públicas redistributivistas voltadas para minimizar a desigualdade de renda e favorecer a inclusão social. O mundo piorou e os perigos da recolonização territorial, econômica, política e cultural são bem evidentes. O caso brasileiro é exemplar com a perpetuação de uma crise social e econômica de largas proporções e com a vitória nas eleições de 2018 da direita populista encabeçada pelo capitão Bolsonaro. Este populismo, no entanto, apenas revela um projeto de recolonização marcado pela submissão ideológica à direita populista norte-americana representada por Trump e legitimada por movimentos conservadores e fundamentalistas.

Este discurso escatológico sobre a expansão irreversível do capitalismo é útil para afirmar o domínio do capitalismo colonial e facilitar a expansão do neoliberalismo. Mas



ele não tem ressonância nos Países centrais que buscam proteger suas indústrias e, também, nos Países emergentes nas quais o funcionamento burocrático administrativo nacional funciona a contento como a Coreia do Sul, Cingapura e Nova Zelândia. Mas este discurso neoliberal tem efeito devastador em sociedades periféricas como as latino-americanas que estão sendo novamente empurradas na divisão global do capitalismo para a função de região exportadora de minerais e matérias-primas agrícolas. Nesses Países, o desencanto com a globalização como cidadania cosmopolita universal, está enfraquecendo as solidariedades nacionais e populares. As frustrações geradas pela perpetuação da desigualdade e da violência estão fragilizando os movimentos sociais, por um lado, e desmanchando a ética burocrática que articula os valores da nacionalidade e da pretendida gestão honesta dos bens estatais e públicos, por outro.

É importante não se exagerar, então, a visão do capitalismo como um sistema econômico e financeiro que se reproduziria unicamente a partir da racionalidade mercantil e independentemente dos dispositivos jurídicos, políticos e culturais que viabilizam sua materialidade histórica e cultural em regiões específicas. Há outro entendimento do capitalismo como programa cultural e histórico como foi analisado por Karl Polanyi (2000) que oferece reflexões importantes sobre as variedades de modelos econômicos possíveis. A consciência deste fato é fundamental para se analisar o significado real do processo de autonomização da economia de mercado – o “desencastramento” do mercado diz Polanyi –, no hemisfério ocidental, entre os séculos XX e XXI. Tal autonomização funcional teve impactos relevantes na formação de uma elite oligárquica transnacional e no enfraquecimento dos pactos de poder nacionais, redundando na desregulamentação dos aparatos burocráticos e administrativos, por um lado, e no enfraquecimento das estratégias de resistências políticas por parte das forças democráticas com relação à expansão caótica deste mercado, por outro.

A posição do tal mercado neoliberal é clara: ou se fazem as reformas para enxugamento do Estado mesmo que às custas do bem-estar social ou os juros sobem, o dinheiro vai embora e se instala o caos. Esta ameaça anula a política e deixa a sociedade sem alternativas. A democracia fica amordaçada por uma espada de Dâmoques prestes a cair na cabeça dos indivíduos. Mas esta ameaça é apenas uma estratégia de manipulação com vistas a assegurar o avanço do capitalismo financeiro. Como lembra S.J. Stiglitz (2009), prêmio Nobel de economia, este tipo de afirmativa respeito a falta de alternativas é um dispositivo ideológico a favor do fundamentalismo do livre-mercado. Para outro economista famoso, T. Piketty (2014), o capitalismo de mercado está contribuindo para a concentração de renda e as distâncias entre ricos e pobres. Pesquisas recentes confirmam esta tendência. Os dois economistas entendem que a saída somente pode ser conseguida com políticas públicas que promovam investimentos e taxem os mais ricos. Conclusão: o tal Mercado de liberal não tem nada.

O liberalismo valorizava com mesmo peso a liberdade e o igualitarismo. A liberdade de empreendimento, de expressão e de mobilização; a igualdade de todos para usufruírem de suas liberdades individuais respeitando suas diferenças. O neoliberalismo, ao contrário, apenas busca promover os interesses de uma das partes, os agentes financeiros e rentistas. Não há preocupação com os danos sociais e ambientais.



Estamos, pois, vivendo a emergência de um novo tipo de totalitarismo centrado não no Estado, como na versão clássica, mas num sistema de poder transnacional, ancorado nas finanças especulativas. Desorganizar os sistemas de poder periféricos é meta central. É importante observar, por outro lado, que as sociedades que estão atravessando a crise são aquelas que preservam o poder do Estado na regulação da economia e da sociedade, como são exemplos os Países centrais como Estados Unidos, Alemanha, França e Japão, os sociais democratas da Escandinávia e, na versão autoritária, a China e da Rússia. Ainda podemos lembrar a versão andina do Estado plurinacional da Bolívia.

A mídia ressalta as preocupações do “mercado” com o desempenho da economia e da política no País. Mas os eventos revelam que tais preocupações se voltam exclusivamente para a adoção de medidas que aumentem as taxas de rendimentos financeiros e especulativos sem nenhum compromisso com ações que resolvam o desemprego, a exclusão e a desigualdade. Fica claro que esta parcela do empresariado não está mais preocupada com o trabalho produtivo e o lucro justo e, por consequência, com os temas da segurança social e da soberania nacional.

No momento presente, a ideologia neoliberal confunde a opinião pública e promove a destruição de todos os dispositivos administrativos e jurídicos que permitiram ao capitalismo se expandir considerando os parâmetros da sociedade nacional. A emergência do novo padrão oligárquico transnacional sob impulsão de algumas poucas grandes potências imperialistas está ameaçando diretamente os direitos de soberania dos Estados nacionais e das possibilidades de cada sociedade desenhar e programar a vida política e social no interior do território nacional. O neoliberalismo se fortalece com a difusão de um imaginário escatológico e totalizante que ameaça os direitos liberais e comunitários tradicionais, fragmentando as redes de solidariedade e gerando violência sistêmica e desigualdades crescentes.

Esta cultura capitalista do ganho especulativo sem vinculação com o trabalho produtivo leva-nos a pensar na hipótese de estar havendo uma involução das condições morais e culturais que marcaram a emancipação histórica do capitalista inovador descrito por Marx Weber no seu clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2004). O capitalista inovador no mundo do trabalho e da política explicou a invenção do liberalismo econômico e político. A reconversão deste modelo inovador num tipo conservador e autoritário e indiferente às políticas públicas organizadoras do empreendedorismo produtivo e do mercado de trabalho formal, é objetivo de preocupação política e moral. No caso brasileiro não se trata de uma reconversão ao espírito feudalista mas ao espírito colonial e escravista. O fato que o trabalho informal e mesmo escravo esteja se ampliando apenas revela esta face do espírito do capitalista brasileiro dentro da nova ordem extrativista global.

2. Paradoxos da democracia em sociedades complexas macro-territoriais

O exemplo clássico da democracia direta é a experiência ateniense de uma cidade-Estado. Nas sociedades macro territoriais modernas o assunto é mais complexo. O



político se fabrica não em uma urbe que funciona como cidade-Estado como no caso de Atenas, mas em várias comunidades urbanas e rurais organizadas por sistemas republicanos centralizados no interior de um macro-território administrativo e político. Tais experiências de democracia direta continuam a existir no mundo moderno, mas sobre outros formatos mais complexos que envolvem diferentes modos de representação e de participação popular. A. Toqueville no seu clássico *A democracia na América* (2005) observou tal fenômeno na sua viagem aos Estados Unidos no século XIX. Homens e mulheres compartilhando solidariamente a organização coletiva da vida local. Estas experiências inspiraram igualmente o filósofo pragmatista norte-americano C. Cooley (1998) quando exaltou o papel da comunicação para ampliar a opinião pública democrática na vida social.

Nas sociedades macro-territoriais complexas, porém, a democracia direta não basta para assegurar os mecanismos de representação política ativa, considerando haver inúmeros centros formadores de opinião que exigem a criação de mecanismos de participação verticais que não derivam das decisões diretas dos atores na vida cotidiana. Tocqueville em outro livro famoso, *O antigo regime e a revolução* (1997), lembra que o tema da representação emerge das disputas entre o poder monárquico e as corporações de comerciantes locais sobretudo em torno do tema da coleta e distribuição dos impostos. Por isso, J. Rancière (2014: 70) sugere que «a representação é, em sua origem o exato oposto da democracia». Para ele, a democracia representativa como atualmente conhecemos camufla as lutas democráticas, restringindo o espaço de participação para as minorias oligárquicas.

No século XX a democracia direta contribuiu para emancipar a democracia participativa e ressignificar a representação a partir dos movimentos sociais diversos. A ampliação da participação teve sucesso naquelas sociedades nas quais o conflito social foi visto como solução e não impasse. A vivência da democracia participativa ampliada em Países como França, Alemanha e Suécia levou os sistemas políticos a incorporarem as demandas dos movimentos sociais, fazendo brotar o Estado do bem-estar social. O direito à cidadania plena resultou de uma aliança política ampla negociada entre ricos e pobres. Nos Países onde as elites não aceitaram negociar os fundamentos da vida coletiva solidária surgiram os Estados do mal-estar social. Nestas sociedades, como a brasileira, as multidões vivem o transe abismal entre o sonho da cidadania e a iminência da morte social. Conceber modelos de democracia participativa que articulem a vida associativa local com a representação constitui uma engenharia política complicada que necessariamente implica em articular as instituições formais republicanas que se inspiram na representação eleitoral com a participação popular.

O avanço do processo democrático na opinião de P. Rosanvallon (2000) está no fortalecimento da “soberania popular” pela qual se pode compreender a democracia como um projeto inacabado forjado como história, experiência e experimentação. Esclarecendo a tese do Autor francês, o sociólogo André Magnelli lembra que um conceito fundamental é o de soberania complexa, de um «povo-social, que só existe enquanto memória, articulando identidade e tradição com liberdade e vontade». Pois, continua ele, «com a complexificação da sociedade civil, eclipsou-se o imaginário de



um povo-sujeito e, assim, tornou-se urgente refigurar o sujeito da democracia e repensar a consistência do laço social» (Magnelli, 2019: 140 e 142)). Isto exige, claro, disposição dos mais ricos de ceder parte dos privilégios. Pelo menos seria o modo, diria M. Mauss, de saber se opor sem ter que se massacrar.

No nosso entender o lugar crucial da soberania popular complexa que configura as diversidades de identidades e memórias tem que considerar, igualmente, o tema da multidão que tem importância central na configuração da ação política. Tal tema é central no debate sobre as perspectivas da democracia no século XXI, em particular para organizar a equação democrática participativa entre as experiências de gestão direta e de representação eleitoral (Martins, 2008). O tema da multidão emerge como estratégico na medida em que a constituição da cidadania numa sociedade complexa não se reduz a seu reconhecimento constitucional. Ela exige um amplo trabalho de conscientização das populações territoriais com vistas a organização do bem privado e público.

M. Hardt e A. Negri lançaram um livro sobre o assunto intitulado *Multidão, guerra e democracia na época do império* (2004), propondo que a multidão seria a resposta contra o império. As revoltas expressariam as brechas por onde brotariam novas singularidades como teria acontecido com a “primavera árabe”. Infelizmente, aqui, a ideia de multidão permanece muito abstrata e otimista não refletindo as reações políticas ambíguas das multidões no mundo, hoje. Isto exigiria incluir a discussão republicanista sobre os fundamentos da liberdade na ação política que H. Arendt faz em *A condição humana* (2003). G. Tarde em *A opinião e as massas* (1992) focaliza o tema na perspectiva da diferença entre público e multidão que ele afirma ser apenas de grau. O público estimularia a necessidade crescente de sociabilidades regulares dos membros. Ao contrário, na multidão a individualidade se atenuaria e predominariam as similitudes étnicas, demandando um fator externo de unificação como a de um líder. A passagem do momento da multidão seria acompanhada, diz ele, «de um progresso da tolerância, quando não do ceticismo» (Tarde, 1992: 38)⁶.

Em geral, os grandes fenômenos de massas nascem de tragédias que permitem sair das rotinas banais e estressantes para se viver o excepcional, o fascinante, a curiosidade mórbida com os limites da existência humana vividos como «as desgraças do tempo presente» como diria G. Bataille (2017: 77-85). O fenômeno é psicológico e cultural. Ele se torna político e público quando surgem as utopias que abrem novas portas para o sonho coletivo. Quando as pessoas entendem que vale a pena sair do conforto cada vez mais inseguro da vida privada ou da preguiça oferecida pelos aparelhos de Tv para se mobilizarem por algo maior elas despertam para novas possibilidades existenciais. Este entendimento nasce do reconhecimento subjetivo coletivo de uma luz de esperança nos horizontes do cotidiano banal. Podemos lembrar como exemplos as grandes mobilizações populistas na América Latina no século XX que foram conduzidas por

⁶ Devemos lembrar que as *Ruas* se movem sempre, mas não necessariamente por caminhos democráticos. Hitler e Mussolini mobilizavam multidões. No Brasil, as conquistas mundiais da Seleção brasileira de futebol geraram catarses coletivas. Os partidos políticos de massa reúnem grande número de indivíduos assim como festas populares vibrantes como o carnaval e o São João nordestino.



líderes carismáticos como Peron, na Argentina, Vargas, no Brasil, Haya de la Torre, no Perú, Lázaro Cárdenas, no México, entre outros. Na sua versão mais nacionalista o populismo ganhou força na valorização da defesa dos interesses nacionais e de promoção do povo como representação política dos mais humildes.

A relação entre o populismo e a democracia é complexa, mas podemos considerar, com Claude Lefort (1991), que as democracias do século XX têm um caráter teológico-político que se abre para a representação popular como mobilizações de multidões em busca de cidadania. Por outro lado, a superação do populismo aparece como um projeto de fundação do Político. «Repensar o político requer uma ruptura com o ponto de vista da ciência em geral, e, particularmente, com o ponto de vista que veio a se impor por meio do que designamos ciências políticas e sociologia política» (Lefort, 1991: 25). Trata-se de se construir um espaço próprio de organização de esferas das relações, das instituições e das atividades que são distintas de outras esferas como a econômica e a jurídica. Nesta perspectiva, podemos propor que os motivos que movem as Ruas a favor da utopia democrática apenas se tornam uma força consciente quando os indivíduos são contaminados pelo sentimento do “bem comum”, acenando para uma utopia liberatória geral.

O “bem comum” aparece como uma novidade cultural no Político ao permitir superar as tradicionais dicotomias entre público e privado que inspiram os modelos republicanos modernos. Ele aponta na direção de um mundo nacional e transnacional mais justo e inclusivo. As utopias modernas não valorizavam o bem comum mas a dicotomia entre bem público e bem privado, sendo o cimento das grandes ideologias de “esquerda” e de “direita” dos séculos passados. Hoje, no contexto latino-americano e brasileiro a utopia democrática passa necessariamente pelo aprofundamento do debate moral e afetivo do “humano comum” que atravessa a experiência do que M. Serres (2003) qualifica como hominescência, uma esperança que se mescla com inquietudes generalizadas produzidas pelo ego fragilizado. Este poder da esperança move (in)conscientemente as Ruas, superando as tensões permanentes entre autoritarismo e liberdade, entre colonialismo e autonomia nacional.

O debate convida a se pensar as condições jurídicas, políticas e institucionais de canalização política dos desejos e afetos das multidões em contextos de crise e, também, as condições psicológicas e sociológicas para emergência do popular como público democrático. Quando o pacto republicano deixa de funcionar, os públicos são deslocados para as margens do social, para os lugares onde a multidão surge como facções e tribos urbanas e a cidadania sobrevive precariamente: nas ruas e praças, nos templos, nas prisões e nos estádios. A multidão pode fortalecer ou pode corroer o público democrático. Tudo depende dos dispositivos de produção e de valorização política do bem comum. Em sociedades como a brasileira a desorganização das ações públicas nas áreas de educação, saúde, trabalho e assistência social vem impactando negativamente sobre a produção de sociabilidades solidárias. Neste contexto a luta por visibilidade pública das multidões é irrefreável. Protestos e arrastões são apenas sintomas. Os salvadores de ocasião são invocados para fazer o justicamento da multidão, mesmo que isto possa significar o sacrifício da democracia e da paz social.



Estas considerações são importantes para que possamos entender a crise não apenas como uma degradação dos mecanismos de cidadania, mas como um processo de construção e desconstrução da opinião pública, que, no lado positivo, leva à prática democrática, e, no lado negativo, ao populismo de direita e ao fundamentalismo. As saídas para o contexto de enfraquecimento da experiência democrática passam então por duas vias: por um lado, o fortalecimento da multidão como povo soberano na luta pela cidadania plural. Por outro, pela reorganização do pacto republicano em outra modalidade que não seja aquela da ambiguidade institucional entre o público e o privado, mas que valorize a solidariedade tanto nos níveis da representação como da participação sob inspiração do bem comum. Pois, entre os acordos políticos inventados pela Humanidade na sua história e sobretudo na época das democracias macro-territoriais, um dos mais delicados e complexo é aquele republicano, em particular aquele democrático, como veremos a seguir.

3. O republicanismo democrático: um debate negligenciado

A república é uma instituição que acompanha o debate sobre política e cidadania desde os gregos. A república apenas surge quando há indivíduos dispostos a compartilhar livre e solidariamente um espaço para discutir a res pública (coisa pública), decidindo conjuntamente as regras a serem estabelecidas para o exercício dos direitos republicanos independentemente de terem formato democrático, monárquico ou despótico.

A república democrática, em particular, como sugere Aristóteles (1995) em sua discussão da política, deve, de algum modo, assegurar a busca de atendimento do interesse de todos. A república democrática constitui, logo, um constructo complexo pois implica a importância de assegurar governabilidade num regime político aberto a participação dos indivíduos e grupos em vários níveis de representação ativa. Não se trata de mera coincidência histórica, logo, o fato que o republicanismo democrático seja a expressão da engenharia da ação democrática entre sistema, por um lado, e mundo da vida, por outro, como diria Habermas (1984) na sua teoria da ação comunicativa. Mais precisamente, a instituição republicana democrática é uma construção jurídica e utópica que exige considerar a formalização de regras a serem respeitadas por todos e uma hermenêutica envolvendo o diálogo entre iguais. O direito e a prática da cidadania que resulta deste acordo político não é, então, algo dado a priori como se fosse um direito humano ancestral. Trata-se, diferentemente, de uma ficção jurídica e política cuja viabilidade histórica depende do exercício e das lutas por direitos diferenciados e dos pactos resultantes de tais lutas. A democracia como sistema fundado na cidadania participativa somente existe quando se criam regras republicanas abertas, isto é, códigos de construção discursiva e participativa dos indivíduos na produção do bem público a partir de interesses particulares e plurais.

Nessa perspectiva, o entendimento da república é fundamental para se compreender a complexidade do processo democrático inclusive a partir da chamada democracia direta como aquela das assembleias e dos sorteios que exige algum tipo de republicanismo. A expansão das instituições republicanas acompanha historicamente a complexidade paralela da



experiência democrática. Aristóteles (1995) via a república como essencial para distinguir na política os regimes que visavam o bem comum daqueles outros guiados pelos interesses particulares. Ela viabilizaria a “*citê*” como comunidade que se diferencia das partes formadas pelas famílias e pelas vizinhanças. O republicanismo romano que se estende num contingente demográfico e territorial mais amplo inova a nível de um sistema de direito mais complexo que passa a incorporar a multidão como representação ativa na organização da liberdade. Assim, Cícero (1965) procurou definir a república como «coisa do povo».

A variedade social da vida cosmopolita conhecida pela Itália renascentista colocou novas questões sobre a regulação das diferenças o que levou Maquiavel (1996) a propor um republicanismo conflitual. A emergência da modernidade ocidental tornou o debate republicano mais complexo colocando o tema do republicanismo como importante na obra de Montesquieu sobre as leis (2010) ou de Rousseau (2013) sobre os contratos. O tema do socialismo republicano também foi objeto de grande debate na França como vemos na defesa do solidarismo por Léon de Bourgeois et Jean Jaurès que defendia o sufrágio universal e a escola laica para organizar o espírito republicano. No século XX, o debate se torna crucial na filosofia política como vemos nas obras de Arendt (1963), Lefort (1991), Skinner (2000), Habermas (1992) entre outros. Há uma lista grande de Autores que discutiram o tema nos últimos dois séculos, devendo ser enfatizadas várias linhas de discussão que emergiram na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Mais recentemente, o debate se abriu para o multiculturalismo como vemos em Taylor (1994).

Fizemos aqui uma revisão muito rápida sobre o desenvolvimento do republicanismo⁷ sobretudo para assinalar dois pontos: a) há um debate sobre o liberalismo que se torna crescentemente complexo acompanhando a complexidade histórica das sociedades, o qual se revela por alguns aspectos relevantes como o surgimento da questão popular, a diversidade de interesses e de atores e as dimensões macro-territoriais dos processos republicanos; b) para lembrar que a complexidade da experiência histórica do republicanismo é a mesma daquela da democracia, ambas se cruzando de diversos modos mas com tensão particular nos tempos modernos. Esta imbricação fica mais clara quando se entende que deliberação e participação são as duas faces da mesma moeda na organização da política como lembra Rosanvallon (Magnelli; Maia e Lindoberg Campos, 2018). Ainda podemos assinalar que no contexto da crise atual dos modelos republicanos liberais há um novo debate que se abre para o republicanismo solidário e que nos parece importante para entender os sinais e as saídas da crise presente dos regimes democráticos.

3.1. Sinais da crise

Os impactos do neoliberalismo nas sociedades nacionais contemporâneas se expressam tanto na desorganização das atividades econômicas geradoras de emprego e de renda como nas políticas públicas voltadas para a organização da cidadania democrática. A crise gera como efeito secundário um clima de desesperança moral que

⁷ Para uma leitura mais detalhada do desenvolvimento do assunto ver S. Audier (2004) e N. Bignotto (2013).



desarticula o arco de solidariedade nacional que se fundava na confiança mútua sobre memórias e destinos compartilhados dos indivíduos (Renan, 1947). Em suma, a desorganização das sociedades nacionais levou a uma crise do modelo republicano que, apesar de todas suas limitações institucionais, era um fator político relevante para organizar a esfera pública e democrática nacional. Há elementos em jogo que dizem respeito as ameaças efetivas de dissolução do pacto republicano pelo enfraquecimento do Estado e da nação para assegurar a expansão da lógica colonial extrativista.

Afirmar que a crise seria o resultado mecânico de um movimento geral e irresistível do capitalismo como o sugeriu alguns teóricos da dependência, antes, e economistas neoliberais, hoje, apenas joga para a estratosfera a questão central que é a capacidade dos atores coletivos e individuais de organizarem suas estratégias de vida e de solidariedade política a partir dos seus lugares de existência territorial. Por trás desta visão mecânica do capitalismo há, de fato, a emergência de um padrão de poder oligárquico transnacional centrado na especulação financeira, na apropriação de ativos patrimoniais por grandes grupos e por uma visão pretoriana dos Países imperiais - que não querem perder a capacidade de gerenciar a organização do processo civilizatório. Na luta ideológica o tema da globalização teve importância crucial sugerindo uma integração transnacional que redimiria os povos “subdesenvolvidos”.

O padrão de poder transnacional está reorganizando a colonialidade e o jogo de poder demonstrando a tese de J.N. Pieterse (2004) de que há uma relação estreita entre a globalização e o projeto imperial, entre a lógica do capital e a guerra. As elites dominantes procuram organizar suas estratégias de sobrevivência pessoal e corporativa no cenário de novas pressões de firmas estrangeiras, mesmo que isto signifique a destruição do sistema republicanista nacional que era forjado na América Latina entre as lógicas liberal e oligárquica. As estratégias neoliberais de reorganização do poder estatal estão reajustando os pactos entre as empresas transnacionais e as oligarquias nacionais, gerando ganhos especulativos e financeiros importantes ao mesmo tempo em que desorganiza os mecanismos de gestão e de promoção do trabalho, da nação e da cidadania (Martins, 2018). Neste contexto, as teses neoliberais de desmanche do Estado visam apenas os Países periféricos fornecedores de matéria prima e de minerais, que possuem terras férteis, água doce e mercados consumidores atraentes.

A difusão da ideologia neoliberal (não estamos falando de globalização como projeto cultural planetário) tem enfraquecido o sentimento pátrio e a mobilização política popular, nacional e cidadã nos Países latino-americanos e no Brasil. A ansiedade de muitos brasileiros de participarem de uma ordem cosmopolita liberal voltada para o consumismo tem fragilizado os dispositivos da nacionalidade e desorganizado o funcionamento da máquina estatal na regulação do regime democrático. Assistimos o enfraquecimento dos dispositivos da nacionalidade como arco de solidariedades e, logo, a desorganização da máquina estatal pois a ética burocrática se desfaz frente ao consumismo individualista.

Quando funcionários administrativos, representações políticas, empresários e classes médias urbanas não vêm mais sentido na nacionalidade sonhando com um



cosmopolitismo abstrato, o Estado-Nação tende a naufragar, a Pátria perde sentido e a Cidadania se enfraquece.

Neste momento cabe propor uma pergunta, a saber: qual o futuro de um Estado sem Nação e governado pelos interesses das forças globais?

Todos os latino-americanos independentemente de suas orientações doutrinárias deveriam refletir sobre esta questão. Pois o que está em jogo é a própria sobrevivência da nacionalidade não como ethos revanchista mas como dispositivo de solidariedade coletiva que permite a gestão territorializada das riquezas coletivas. Logo, temos que repensar a nação numa outra perspectiva, que englobe a diversidade e a pluralidade sem perder de vista a perspectiva do público e do comum.

Uma questão crucial é saber como os pactos republicanos modernos incorporam as tensões geradas pelos processos de autonomização do mercantilismo que produziu esta bola de neve do capitalismo neoliberal transnacional⁸. Assim, a relação do republicanismo com o desenvolvimento do capitalismo ainda precisa de aprofundamentos para se entender como a lógica da economia mercantil impacta nos sistemas republicanos e vice-versa. O fato é que as grandes empresas precisam se apoiar em Estados nacionais que protejam jurídica e administrativamente os direitos de propriedade material e imaterial sobre o capital, mercadorias e objetos culturais e ambientais. Do mesmo modo, nos processos migratórios os indivíduos e famílias carregam os sinais de sua nacionalidade pela língua, pelos valores, pelas tradições.

Não se pode perder de vista o fato que o capitalismo aparece historicamente como um sistema mercantil cuja expansão foi possível graças aos dispositivos de proteção e de estímulos produzidos pelos Estados nacionais e pelos pactos de poder republicanos formalizados por uma carta constitucional. Ou seja, as tentativas de articular desenvolvimento e democracia supunham a existência implícita de um modelo político e institucional capaz de gerir as tensões entre o público e o privado a partir de um consenso constitucional que seria válido para todos no território nacional.

3.2. Republicanismo e solidariedade

Estado e Nação são termos de uma obra de engenharia republicana complexa, um não podendo existir sem o outro. Se o Estado constitui o conjunto de dispositivos políticos, jurídicos e administrativos necessários para ordenar as diversas atividades humanas no território, a Nação representa a unidade semântica que dá orientação histórica, moral, sentimental e cultural a este Estado. Mas eles apenas se corporificam pela criação de sistemas de gestão territorial, de base política, jurídica e administrativa, os regimes republicanos democráticos, que deveriam organizar os interesses diferenciados no território compartilhado.

⁸ A crise do republicanismo a partir de processos de manipulação, de mentiras assim como de desobediência civil face a violência do poder foi observado por H. Arendt (1972), estudando a política governamental dos Estados Unidos nos anos Sessenta do século XX.



Tradicionalmente, os pactos republicanos materializados nas cartas constitucionais são a base sobre as quais se constituem os Estados nacionais e se reproduzem os sistemas mercantis no interior das nações e entre sociedades nacionais. Os pactos republicanos foram formulados historicamente para gerir um conjunto de dispositivos materiais e simbólicos como são aqueles da nação, da pátria, do povo soberano e da cidadania que são acionados para organizar o território, a economia, a política e a cultura. Eles são o lugar de produção dos sentidos e sentimentos da comunidade no plano macro-institucional. Para promover o pacto republicano (independentemente de suas possibilidades conservadoras ou democráticas) aparece com destaque o tema da nação. Como lembra E. Vernik na apresentação do livro que organizou reunindo importantes Autores que estudaram o assunto, ela é «um objeto de agregaciones y desagregaciones, que acepta diversos desplazamientos semânticos y usos ideológicos, a derecha e izquierda». No entanto, continua, «da su pregnante simbología de articulación de culturas y territorios, (ella es) capaz de devenir em horizonte de lo aún no acontecido» (2016: 15).

Na América Latina o peso do jogo oligárquico sempre apresentou muitas dificuldades históricas para implantação de um republicanismo democrático e de valorização da cidadania como um bem universal na América Latina. No entanto, apesar do peso desta herança colonial o fato é que o republicanismo foi o fundamento ontológico sobre o qual se assentaram as perspectivas de uma democracia macro-territorial impulsionada pelas ações de desenvolvimento nacional. Os pactos republicanos nacionais continuam a funcionar como as condições estruturantes, jurídicas, políticas e morais, para assegurar a pluralidade de interesses que asseguram os direitos sobre a propriedade e sobre os investimentos e, também, as lutas pela democracia plural. Apesar de que o capitalismo transnacional busque se apresentar como global, na prática ele se protege sobre a bandeira das grandes potências imperiais.

Todas as grandes firmas internacionais possuem sedes geograficamente localizadas, aplicam nas grandes bolsas de valores nacionais, barganham subsídios do Estado nacional e possuem diretores e gerentes com carteiras de identidade nacionais. Aqui, os usos do nacionalismo têm usos particulares na organização do poder, diferentemente daqueles usos da nacionalidade como sentimento moral compartilhado na produção da cidadania. Os dilemas de articular pactos republicanos que favoreçam não as minorias, como aqueles oligárquicas e plutocráticos, mas a maioria como aqueles democráticos, são antigos e historicamente bem exemplificados nas experiências gregas e romanas. Na realidade da América Latina, tais dilemas se tornam mais complexos pois os conflitos internos de base colonial são atravessados por outros conflitos derivados das estratégias imperiais para controlar as fontes de matérias-primas estratégicas como minerais e produtos agrícolas.

No momento há uma crise do modelo republicano que conhecemos e que no caso latino-americano tem uma face oligárquica bem acentuada (Martins, 2018). Esta crise tem dois motivos. Um deles é o excesso de simplificação normativa de um modelo de poder que foi pensando para as sociedades rurais da região e que, hoje, está inadequado para regular as pressões de um cosmopolitismo complexo e transnacional. O outro é



mais sutil e tem a ver com a reorganização das estratégias imperiais, sobretudo norteamericana, que buscam sabotar os sistemas republicanos democráticos existentes na América Latina para reorganizar a dominação sobre os recursos produtivos e riquezas naturais. Contra tais tendências o jogo democrático exige se repensar a relação entre republicanismo, democracia e solidariedade.

A crise atual revela, logo, não apenas as contradições entre as tentativas frustradas de articular historicamente desenvolvimento e democracia de massa, mas, também, as lutas entre colonizadores (antigos e novos) e colonizados. A perda de autonomia do fazer político a partir das estratégias de controle do território nacional pelos grandes grupos econômicos, dinamita as perspectivas de produção de políticas públicas voltadas para canalizar a riqueza nacional em favor das comunidades estabelecidas independentemente de suas condições de classes e de castas. Por isso, repensar o republicanismo a partir da soberania complexa que contempla as diferenças como foi sugerida por Rosanvallon no seu livro *A democracia inacabada* (2000), valorizando o local e o territorial como base das redes solidárias é central para liberar as experiências democráticas e desmistificar as estratégias da dominação oligárquica de base nacional e transnacional.

O tema de um republicanismo democrático que seja solidário e fundado no bem comum como saída para o paradoxo entre desenvolvimento e democracia, é o desafio desta conjuntura de pós-desenvolvimento, isto é, de falência dos programas de modernização como foram vistos até o presente, e de busca do novo que emerge no acontecimento histórico desconhecido. Para isso, devemos partir do princípio que os Estados nacionais constituem territórios nos quais ocorrem experiências diversas de participação popular direta na organização da vida cotidiana, por um lado, e de intervenções do poder legal sob a forma de políticas econômicas e sociais inspiradas pela ideia de progresso econômico, por outro.

O que está em jogo é a própria sobrevivência da nacionalidade como sentimento compartilhado na esfera territorial gerida pela soberania popular e que funcionava como lastro sentimental que organizava os pactos morais e políticos. Os movimentos liberais de gênero, étnicos, religiosos e sexuais deveriam refletir seriamente sobre o tema da nacionalidade pois ele é importante para a pauta dos movimentos sociais neste contexto de questionamento dos regimes democráticos. Na medida em que as lutas pelas diversidades no contexto do pós-moderno não incorporam o tema do nacional e do popular, as tentativas de autonomia e de diversidade se fragmentam e contribuem para corroer involuntariamente os fundamentos da cidadania democrática. Enfim, a nação vai derretendo tanto por responsabilidade dos que querem se manter no pacto de poder mesmo sem respaldo popular, e dos que exaltam a radicalização da sociedade civil sem atentar para o fato que o desaparecimento do sentimento de pertencimento nacional pode levar à fragmentação e não à emancipação.

Um republicanismo democrático que seja solidário é um acontecimento extraordinário ao significar a possibilidade de valorização da igualdade e da liberdade como lastros morais compartilhados a partir dos processos de vida local e inter-locais para resolver os dilemas entre o privado e o público e promover o bem comum. Quando a Nação se enfraquece o Estado perde seu rumo pois o arco de solidariedade nacional se



fragmenta facilitando a difusão de um globalismo utilitário que favorece o individualismo e enfraquece os laços cívicos. A superação da lógica extrativista, explica E. Gudynas (2013), exige necessariamente uma reação cidadã que seja capaz de construir uma agenda de luta democrática para apontar saída para os processos de degradação social, ambiental e econômica. Contra tal processo de recolonização dos sistemas periféricos há que se valorizar processos de resistências nacionais e populares, leigos e religiosos, que permitam resgatar o lugar do aparelho estatal como regulador de interesses e como planejador de ações coletivas e como dispositivo libertador de uma nação plural e participativa. Certamente, do ponto de vista prático há que se discutir a estrutura constitucional e institucional dos aparelhos regulatórios. Mas tal debate apenas pode emergir quando for esclarecido, em primeiro lugar, os sentidos possíveis e o valor estratégico das sociedades nacionais no mundo global.

Assim, as tarefas de separar as genealogias do republicanismo histórico e do capitalismo mercantil moderno são didaticamente importantes para se entender que os conflitos que se desenham na crise dos Estados nacionais periféricos e dos regimes democráticos como os latino-americanos, neste momento, não remetem somente à lógica econômica da relação capital e trabalho. Os elementos nacionais, étnicos, de gênero, religiosos e ambientais apresentam centralidades importantes na crise, não podendo tais elementos ser reduzidos ao universo do sindicalismo ou das lutas salariais das corporações estatais.

Há que se reconhecer que a única resistência viável contra os assédios do capitalismo especulativo e rentista internacional são os Estados nacionais republicanos reformulados a partir de um ideal de bem comum que permite superar pela ética da solidariedade o formato tradicional dado pela ambivalência entre privado x público. Soberania nacional, Estado planejador das atividades territoriais de médio e longo prazo e nação sentimental organizada na sua pluralidade são condições fundamentais para se repensar a utopia do desenvolvimento nacional e democrático. Para entender claramente o que está em jogo com o desaparecimento do sentimento nacional compartilhado, temos que pensar a nação numa outra perspectiva, que englobe a diversidade e a pluralidade sem perder de vista a perspectiva do público e do comum. Sair de uma visão de nacionalidade fundada como experiência populista gerada pela manipulação e pela intervenção autoritária é central para poder conceber o Estado nacional como dispositivo moral e sentimental necessário para organização de um cenário de diálogo e convergências sobre a construção do bem comum.

A ideia de cidadania é de particular interesse na organização da república democrática na medida em que funciona como disposição de base que serve para se imaginar os valores da igualdade e da liberdade como justiça social. Sem a nomeação da cidadania como disposição jurídica maior que aquela que rege os interesses individuais na esfera privada ou na esfera comunitária não há como se estabelecer o pacto democrático. Esta preocupação verificamos tanto na obra de Autores liberais como J. Haws (2000) que defendem o humanismo cívico como base da justiça social como de Autores comunitaristas como M. Walzer (2003) que propõem uma justiça redistributivista pluralista.



4. Algumas reflexões finais

As perspectivas de superação da crise dos Estados nacionais na América Latina e no Brasil passam pelo reconhecimento que o desmonte do Estado significa a desorganização dos sistemas simbólicos e institucionais da nação, da pátria, do povo e dos direitos de cidadania, por um lado, e do conjunto de dispositivos econômicos, fiscais, assistenciais e culturais que geram a solidariedade coletiva e territorial. No momento, a questão democrática conhece dois inimigos. Um deles são os grandes grupos financeiros e especulativos que organizam estratégia para controlar os sistemas de poder nacionais e maximizar os mecanismos de apropriação de rendas. O outro diz respeito aos grupos oligárquicos e corporativistas encastelados no aparato estatal e que se posicionam contra processos políticos participativos que possam questionar a lógica de controle sobre a produção e a distribuição de riquezas. Este segundo inimigo da democracia é particularmente presente nas sociedades de origem colonial que não conheceram a força do liberalismo político europeu e as possibilidades do Estado do bem-estar social.

A valorização do comunitário e do social como disposições nacionais depende, tradicionalmente, da presença do Estado materializado por regimes republicanos democráticos como promotor da justiça social pelas políticas públicas. Nessas sociedades cabe idealmente ao Estado assegurar direitos e deveres para todos, garantindo políticas redistributivistas que compensem os efeitos aleatórios e caóticos do sistema capitalista sobre a vida nacional. Se na condição pós-colonial no século XX a organização de dispositivos públicos de proteção social encontrou inúmeras dificuldades de implantação, é de se prever que o desmonte destes dispositivos pela privatização tornam muito mais precárias as condições de organização das sociabilidades e da cidadania no contexto atual da crise; além de ampliar perigosamente as desiguais condições de acesso aos bens públicos e de tornar vulnerável os direitos coletivos.

A reforma do aparato técnico e burocrático estatal exige se revalorizar o movimento da nacionalidade não como instrumento de manipulação das multidões como ocorre com os populismos de direitas e os fascismos. Tal reforma inspirada por uma participação legítima e por representação ativa de indivíduos e grupos comprometidos com a democracia, deve impulsionar um sentimento patriótico e popular que reavive a cidadania. Não há como reorganizar as instituições de poder a partir de dentro do sistema burocrático e jurídico. Este pode ajudar no sentido de garantir as regras legais e o funcionamento transparente das organizações estatais, mas é necessária, uma ampla mobilização nacional a favor do republicanismo solidário.

A bandeira de luta neste contexto é a do republicanismo solidário. Entenda-se por tal expressão um pacto republicanista voltado para organizar a experiência democrática a partir da ênfase no bem comum e no pluralismo social, cultural e político como condição central para a manutenção da sociedade nacional aberta para a globalidade. P. Chanial lembra que a delicada essência da democracia não pode ser assegurada por um estatuto legal passivo devendo implicar na dimensão propriamente política dos direitos humanos. Para o Autor



deveria se pensar um associacionismo cívico e um solidarismo republicano no qual o entendimento da sociedade como uma ordem moral formada pela solidariedade social deveria predominar sobre os interesses individualistas. «A sociedade não é um agregado de indivíduos ligados por interesses egoístas...A sociedade, segundo, a equação durkheimiana, se define principalmente como uma ordem moral no seio da qual os indivíduos se ligam uns aos outros por formas variadas de solidariedade social» (Chanial, 2001: 331).

O republicanismo solidário parte do princípio que o pacto republicano social e liberal que legitimou os modelos de desenvolvimento até o presente momento está falido como o sugere S. Audier: «Esta dificuldade se refere ao fato que, contrariamente à tradição socialista e ao solidarismo, o republicanismo anglofone raramente se voltou para as questões econômicas» (Audier, 2004: 107). Para ele, o republicanismo solidário contribui para revelar nossa dependência com relação ao meio ambiente natural e cultural e, também, nossa obrigação com relação à herança que as gerações precedentes nos deixaram. Aqui, também, uma perspectiva republicana, inspirada pelo bem comum, poderia contribuir para clarificar as temáticas ecologistas. Como o esclarece «transporto para as tramas ambientais, o republicanismo pode oferecer o fundamento de uma ética da responsabilidade implicada com a natureza» (Audier, 2004: 108). Tal alerta é fundamental para a crítica ao individualismo radical, consumista e anti-ecológico, difundido pelo neoliberalismo e que enfraqueceu o sentimento de nacionalidade e está desconstruindo o pacto republicano, liberal e patrimonialista, organizado nos séculos XIX e XX. Certamente, a perspectiva de superação dos republicanismos oligárquicos sempre foi um sonho das esquerdas latino-americanas. Mas tais ambições democráticas não previam a possibilidade de desarticulação do próprio republicanismo tradicional sob peso do neoliberalismo. A crise então é estrutural e constitucional, revelando-se pela desarticulação das políticas públicas e pelo aumento das desigualdades e das injustiças de caráter social e ambiental. A crise republicana diminui as perspectivas democráticas de garantia de liberdade e de igualdade para todos e por todos.

O pluralismo cultural e político aparece assim como uma inovação importante para se reorganizar nação, pátria, povo e cidadania como dispositivos de refundação do republicanismo em bases solidárias. Nos Países nos quais se atenta para este aspecto como a Bolívia (Prada Alcoreza, 2014) e o Canadá (Taylor, 1992) os ganhos são evidentes para fomentar as práticas democráticas. O republicanismo solidário reorganiza a política pela unidade do nacional que integra o pluralismo de identidades e subjetividades, abrindo margens para o multiculturalismo político (Fistetti, 2009). O filósofo e sociólogo canadense Charles Taylor (1995) propõe um patriotismo pluralista aberto a diversidade de comunidades e buscando promover a solidariedade entre elas. O apelo aos dispositivos de organização das solidariedades nacionalistas presentes no republicanismo solidário plural não visa, é bom salientar, reavivar as chamadas do populismo ou de outras modalidades autoritárias de manipulação das populações territoriais. Trata-se de produzir um novo pacto republicano que contribua para reorganizar a ação pública democrática em vários níveis: dos partidos políticos, realinhando os dispositivos de participação e de representação; das políticas públicas, na promoção da educação, da saúde, do trabalho, do bem-estar urbano, da preservação ambiental, do pluralismo religioso; do reconhecimento das diversidades de identidades de gênero, sexuais e étnicas; da vida cívica, promovendo os direitos e deveres associativos.



O Estado ainda tem papel orgânico para viabilizar processos democráticos no interior das sociedades nacionais e reorganizar os pactos de poder republicanos mesmo no contexto de uma sociedade globalizada. Claro, ele tem limites importantes nos processos de regulação e não se pode mais sonhar com o poder central uniforme que foi a base ideológica do nacional-desenvolvimentismo. O fato é que a reorganização do político como fundamento simbólico da democracia como experiência social exige considerar a soberania territorial dos aparatos jurídico, administrativo e burocrático. Este é um ponto de partida para se conceber outros modelos de gestão mais descentralizados que favoreçam a participação e a representação ativa da cidadania. Se compartilhamos esta ideia da “imprescindibilidade” do Estado como dispositivo estratégico para se pensar o político (ao lado das organizações comunitárias e cívicas) a questão é saber quais as condições políticas para fazer prosperar formas de governo democráticas nacionais?

Logo, é necessário que os movimentos da cidadania focalizem mais intensamente o objetivo do bem comum como condição de superação das divergências tradicionais entre direita e esquerda (que eram formuladas dentro do pacto republicano pós-colonial). Esta é uma condição para se visualizar novas modalidades e práticas democráticas, considerando os lugares onde se produzem a vida comunitária e associativa.

Regimes democráticos não podem prescindir da existência de aparatos administrativos e jurídicos que regulem os espaços de disputas e de negociações entre as diversas forças sociais e políticas internas e externas no plano macro-territorial. As pressões neoliberais para desterritorializar funções estratégicas do Estado apenas resultam em práticas fascistas e populistas conservadoras que contribuem para desorganizar as instituições sociais. Contra isto, os processos participativos são modos de oxigenação fundamentais para permitir a renovação dos regimes políticos democráticos ao lado de outros mecanismos de representação ativa. Enfim, é fundamental incentivar a criação de formas de governo participativas que respondam com competência e sensibilidade às demandas dos movimentos sociais e comunitários na organização da experiência democrática nos planos da vida local e nacional, fortalecendo as lutas por inclusão social e fortalecimento de direitos comuns.

Referencias bibliográficas / References

- Arendt H., *A condição humana*, 10^a ed., Forense universitária, Rio de Janeiro, 2003.
Arendt H., *Crises da república*, Editora Perspectiva, São Paulo, 1972.
Arendt H., *Essai sur la révolution*, Gallimard, Paris, 1963.
Aristote, *La politique*, Vrin, Paris, 1995.
Audier S., *Les théories de la république*, La Découverte, Paris, 2004.
Bataille G., *O culpado*, Autêntica editora, Belo Horizonte, 2017.
Bignotto N., *Matrizes do republicanismo*, Editora da Ufmg, Belo Horizonte, 2013.
Caillé A., *Critique de la raison utilitariste. Manifeste du Mauss*, La Découverte, Paris, 1989.
Camacho D. (comp.), *Debates sobre la teoría de la dependencia y sobre la sociología latinoamericana*, Editorial Ucr, San José, 2015.



- Castro Escudero T., Oliver Costilla L., *Poder y política en América Latina, Siglo XXI*, México, 2005.
- Chanial P., *Justice, don et association. La délicate essence la démocratie*, La Découverte, Paris, 2001.
- Cicéron, *De la république des lois*, Flammarion, Paris, 1965.
- Cooley C.H., *On Self and Social Organization*, The university of Chicago Press, Chicago and London, 1998.
- Dubet F., *Lo que nos une. Como vivir a partir de un reconocimiento positivo de la diferencia*, Siglo Veintiuno, Buenos Aires, 2017.
- Escobar A., *Territories of Difference. Place, Movements, Life, Redes*, Duke University Press, Durham and London, 2008.
- Escobar A., *Una minga para el postdesarrollo. Lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*, Universidad mayor de San Marco, Lima, 2010.
- Fiori J.L., *Brasil no espaço*, Editora Vozes, Petrópolis, 2001.
- Fiori J.L., *O poder global*, Boitempo, São Paulo, 2007.
- Fistetti F., *Théories du multiculturalisme. Un parcours entre philosophie et sciences sociales*, La Découverte, Paris, 2009.
- Gudynas E., *Postextractivismo y alternativas al desarrollo desde la sociedad civil*, in Grupo permanente de trabajo sobre alternativas al desarrollo (eds.), *Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI*, Ediciones Abya Yala/Fundación Rosa Luxemburg, Quito, 2013.
- Habermas J., *Droit et démocratie*, Gallimard, Paris, 1992.
- Habermas J., *The Theory of Communicative Action*, vol.I, *Reason and the Rationalization of Society*, Beacon Press, Boston, 1984.
- Hardt M., Negri A., *Multidão. Guerra e democracia na era do império*, Record, Rio de Janeiro, 2004.
- Hawls J., *Uma teoria da justiça*, Martins Fontes, São Paulo, 2000.
- Hegel G.W.F., *Filosofia da história*, Unb, Brasília, 2008.
- Ianni O., *A era do globalismo*, Civilização brasileira, Petrópolis, 1996, apresentação e edição italiana de Francesco Lazzari, introdução de Saskia Sassen, *L'era del globalismo*, Cedam, Padova, 1999.
- Ivo A., *Dicionário temático desenvolvimento e questão social*, Annablume, São Paulo, 2013.
- Latouche S., *Faut-il refuser le développement?*, Puf, Paris, 1986.
- Latouche S., *L'occidentalisation du monde*, La Découverte, Paris, 1989.
- Leffort C., *Pensando o político. Ensaio sobre democracia, revolução e liberdade*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- Machiavel, *Œuvres*, Robert Laffon, Paris, 1996.
- Magnelli A., Maia F., Lindoberg Campos S., *Uma democracia (in)acabada: quadros e bordas da soberania do povo com Pierre Rosanvallon*, 1^a ed., Ateliê de humanidades, Impressão digital, 2018.
- Martins P.H., Araújo Silva M., Souza Leão E., Freire Lira B., *Guia de pós-desenvolvimento e novos horizontes utópicos*, Editora da Ufpe, Recife, 2015.



- Martins P.H., *Crítica sociológica al poder oligárquico en América Latina*, «Revista Estudios Latinoamericanos», 43, enero-junio, 2019.
- Martins P.H., *O embaraço democrático e os desafios da participação*, in Martins P.H., Matos A., Fontes B. (eds.), *Limites da democracia*, Editora da Ufpe, Recife, 2008.
- Montesquieu, *Do espírito das leis*, Martin Claret, São Paulo, 2010.
- Pieterse J.N., *Globalization or Empire?*, Routledge, New York and London, 2004.
- Piketty T., *O capital no século XXI*, Intrínseca, Rio de Janeiro, 2014.
- Polanyi K., *A grande transformação. As origens de nossa época*, Campus, Rio de Janeiro, 2000.
- Prada Alcoreza R., *Descolonización y transición*, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2014.
- Rancière J., *O ódio à democracia*, Boitempo Editorial, São Paulo, 2014.
- Renan E., *Qué es una nación?*, Elevación, Buenos Aires, 1947.
- Rosa H., *Contra a invisibilização de um 'poder fatídico': apelo à renovação da crítica do capitalismo*, «Perspectivas. Revista de Ciências Sociais», 49, 2017, pp.17-36.
- Rosanvallon P., *La démocratie inachevée. Histoire de la souveraineté du peuple en France*, Gallimard, Paris, 2000.
- Rousseau J.J., *Do contrato social*, Martin Claret, São Paulo, 2013.
- Sader E., Jinkings I., *Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*, Boitempo Editorial, São Paulo, 2008.
- Serres M., *Hominescências: o começo de uma outra humanidade?*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003.
- Skinner Q., *La liberté avant le libéralisme*, Seuil, Paris, 2000.
- Stiglitz J., *Moving beyond Market Fundamentalism to a more Balanced Economy*, «Annals of Public and Cooperative Economics», 89, 2009, pp.345-360.
- Tarde G., *A opinião e as massas*, Martins Fontes, São Paulo, 1992.
- Taylor C., *Argumentos filosóficos*, Loyola, São Paulo, 2000.
- Taylor C., *Multiculturalism and the Politics of Recognition*, Princeton University Press, 1992.
- Tocqueville A., *A democracia na América*, Martins Fontes, São Paulo, 2005.
- Tocqueville A., *O antigo regime e a revolução*, Paz e Terra, Brasília, 1997.
- Touraine A., *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*, Editora Vozes, Petrópolis, 1999.
- Vernik E., *La idea de nación*, Editorial Biblos, Buenos Aires, 2016.
- Walzer M., *Esferas da justiça. Uma defesa do pluralismo e da igualdade*, Martins Fontes, São Paulo, 2003.
- Weber M., *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Pioneira, São Paulo, 2004.

Recebido: 10/3/2019

Aprovado: 29/05/2019

